



IspA

Instituto Universitário
de Ciências Psicológicas,
Sociais e da Vida

**Diferenças entre o conhecimento parental e as crenças parentais,
consoante as características sociodemográficas, em pais com filhos
dos 0-6 anos**

Ana Patrícia Narciso Pomar Henriques - 27614

Orientador de Dissertação:

Professora Doutora Manuela Veríssimo

Professor de Seminário de Dissertação:

Professora Doutora Manuela Veríssimo

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento

2023/2024

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Manuela Veríssimo, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre em Psicologia na especialidade de Psicologia do Desenvolvimento.

Agradecimentos

Começo por agradecer a quem me acompanhou ao longo desta grande jornada, a Professora Doutora Manuela Veríssimo. A Professora Manuela acompanhou-me desde o primeiro dia do Mestrado em Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento e não imaginaria fechar este capítulo com outro Professor ao meu lado, senão com a Professora Manuela, por quem tenho uma grande estima e que, talvez mesmo sem se aperceber, teve um papel fundamental no meu percurso. Ao longo destes dois anos fui uma aluna um pouco insistente com a Professora Manuela e nem sempre compreendi que, mesmo quando não tinha um *feedback* por parte dela, não significava que tinha ficado “esquecida”. Hoje, ao olhar para trás, consigo perceber o crescimento pessoal que me foi proporcionado pela Professora Manuela ao ensinar-me, indiretamente, que as pessoas são todas diferentes e trabalham de forma diferente. Fez-me perceber que muitas vezes existe muito trabalho por trás daquele que é visto e foi sempre com esta postura que ela me acompanhou, trabalhando comigo e “para mim”, mesmo quando eu não sabia. Quero salientar também, a calma que ela me trouxe sempre que via o seu sorriso ou sempre que ouvia a sua voz calma numa aula de Seminário de Dissertação, mesmo quando por dentro estava stressada e em pânico pelo trabalho que tinha pela frente; o apoio e o *boost* de motivação que sentia sempre que tínhamos alguma reunião ou falávamos sobre a dissertação. Quero-lhe agradecer toda a calma e tranquilidade que me passou, por toda a paciência que teve comigo, mesmo quando houve atrasos da minha parte e, por me ter deixado escrever este trabalho no meu *timing*, nunca me tendo deixado para trás ou ter desistido de mim.

Quero agradecer ao André, o meu companheiro de vida, que me acompanhou desde o primeiro dia. Obrigada por teres estado sempre presente, por todos os dias e noites que desabafei sobre os meus desafios e as minhas incertezas. Obrigada por nunca me teres

deixado desistir e por me teres puxado para cima, sempre que precisei. Sem ti não seria quem sou hoje.

Aos meus pais, que tiveram um papel fundamental na minha escolha de curso e que me permitiram ter este percurso.

E por fim, quero agradecer à Professora Marta Antunes, que nunca esqueci desde o primeiro ano de licenciatura e a quem devo a minha escolha de Mestrado. Foi nas aulas práticas de Psicologia do Desenvolvimento dadas pela Professora Marta que nasceu o interesse por esta área do Desenvolvimento Infantil. Tive a sorte e o prazer de voltar a encontrar com a Professora Marta no meu terceiro ano de licenciatura e sem ela não estaria a terminar este Mestrado.

A conclusão desta dissertação marca o fim de uma formação de 5 anos no ISPA. Estou pronta para começar o próximo capítulo.

Resumo

O conhecimento parental diz respeito ao conhecimento sobre os marcos e os processos de desenvolvimento infantil, à sensibilidade parental e às práticas parentais. As crenças parentais dizem respeito a um conjunto de teorias, sobre a educação das crianças, sobre o desenvolvimento infantil e os aspetos que influenciam o mesmo. O conhecimento parental influencia as crenças parentais e têm impacto nas práticas parentais, na interação que os pais têm com os filhos e, influenciam o desenvolvimento infantil durante os primeiros anos. Vários estudos identificaram que as características sociodemográficas influenciam o conhecimento e as crenças parentais. Este estudo analisa se conhecimento e as crenças parentais diferem consoante as características sociodemográficas (sexo - mãe/pai, idade, nível de escolaridade, estatuto socioeconómico e local de residência). A amostra foi constituída por 953 mães e 96 pais de crianças com idades entre os 0 e os 6 anos. Os pais preencheram um questionário *online*, desenvolvido com o objetivo de analisar o conhecimento e as crenças parentais sobre o desenvolvimento infantil. Os resultados demonstraram que não existem diferenças entre o conhecimento parental e as crenças parentais, consoante o estatuto socioeconómico e o local de residência, conforme era esperado. Sendo que, não foi possível realizar comparações entre o sexo, a idade e o nível de escolaridade. Estes resultados podem sugerir que na sociedade atual já não existem diferenças acentuadas entre os diferentes contextos em que os indivíduos se inserem, conforme existia em gerações anteriores.

Palavras-Chave: Conhecimento parental; Crenças Parentais; Desenvolvimento infantil; Primeiros anos.

Abstract

Parental knowledge concerns understanding child developmental milestones and processes, parental sensitivity, and parenting practices. Parental beliefs refer to a set of theories about child education, child development, and the factors that influence it. Parental knowledge influences parental beliefs and impacts parenting practices, parent-child interactions, and child development during the early years. Several studies have identified that sociodemographic characteristics affect parental knowledge and beliefs. This study analyzes whether parental knowledge and beliefs differ depending on sociodemographic characteristics (sex - mother/father, age, education level, socioeconomic status and place of residence). The sample consisted of 953 mothers and 96 fathers of children aged 0 to 6 years. Parents completed an online questionnaire that was created to analyze their knowledge and beliefs about child development. The results showed no differences in parental knowledge and beliefs based on socioeconomic status and place of residence, as expected. However, it was impossible to make comparisons based on gender, age, and education level. These results may suggest that, in today's society, there are no longer significant differences between the different contexts in which individuals are situated, as there were in previous generations.

Keywords: Parental Knowledge; Parental Beliefs; Child Development; Early years.

Índice

<i>Enquadramento Teórico</i>	8
Conhecimento Parental	8
Crenças Parentais	12
Descrição das hipóteses.....	16
Conhecimento parental em mães versus pais.....	17
Idade dos pais	18
Nível de Escolaridade.....	18
Estatuto Socioeconómico	19
Local de Residência	21
Objetivos e hipóteses de investigação	22
<i>Método</i>	23
Participantes	23
Procedimento.....	25
Instrumentos	26
Análise de dados.....	27
<i>Resultados</i>	28
Comparações entre o pais e mães.....	28
Comparações entre a idade.....	29
Comparações entre o nível de escolaridade	29
Comparações entre o estatuto socioeconómico – Crenças Parentais	29
Comparações entre o estatuto socioeconómico – Conhecimento Parental	38
Comparações entre o local de residência – Crenças Parentais.....	45
Comparações entre o local de residência – Conhecimento Parental	53
<i>Discussão</i>	58
<i>Limitações</i>	63
<i>Implicações para a prática</i>	64
<i>Referências</i>	66

Enquadramento Teórico

Os primeiros anos de vida de uma criança são críticos no que diz respeito à aquisição de competências cognitivas e sócio emocionais ao longo do desenvolvimento infantil (Attanasio et al., 2020). Também o ambiente familiar durante os primeiros anos, especialmente no que diz respeito à parentalidade, é um importante determinante do desenvolvimento, uma vez que constitui uma das bases para o desenvolvimento de competências das crianças (Francesconi & Heckamn, 2016). Assim, tanto o ambiente familiar, como os pares (amigos e colegas) são dois dos principais contribuintes para o desenvolvimento das crianças (Sanders & Morawska, 2014).

As adoções de práticas parentais eficazes, proporcionadas pelos pais, nos primeiros anos de vida de uma criança podem ajudar as crianças a atingirem o seu potencial desenvolvimento ao longo dos primeiros anos (Attanasio et al., 2020). Deste modo, o conhecimento dos pais, também referido como conhecimento parental, sobre o desenvolvimento é referido por vários autores como um fator relacionado com os resultados do desenvolvimento infantil (Sanders & Morawska, 2014).

Conhecimento Parental

Os pais estão diretamente relacionados com o desenvolvimento dos filhos e são uns dos principais influenciadores no que diz respeito ao desenvolvimento emocional, comportamental, no desenvolvimento da personalidade e no desenvolvimento cognitivo das crianças (Holden & Edwards, 1989; Ninio, 1979; Stevens, 1988). O conhecimento parental refere-se ao conhecimento que os pais têm sobre o desenvolvimento infantil e é um dos principais influenciadores do bom desenvolvimento das crianças (De Castro Ribas & Bornstein, 2005). Está relacionado com as competências dos pais (Ninio, 1979;

Stevens, 1988) e com os processos dos marcos do desenvolvimento infantil (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Morawska et al., 2009), nomeadamente, a capacidade de uma criança atingir os marcos cruciais do desenvolvimento neurológico (por exemplo, a capacidade de rolar, gatinhar, estar de pé, andar e correr) (Aldayel et al., 2020).

Desta forma, o conhecimento parental diz respeito ao conhecimento e à compreensão dos marcos e dos processos de desenvolvimento infantil, à sensibilidade parental e às práticas parentais (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Bornstein et al., 2020; Ninio, 1979). O conhecimento refere-se ainda à capacidade de atender positivamente às necessidades biológicas, físicas, sócio emocionais e cognitivas das crianças, à medida que estas crescem (Bornstein et al., 2020).

Bornstein (2002), identificou três domínios principais para o conhecimento parental: a) conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, nomeadamente conhecimento sobre os marcos e aquisições básicas da criança, bem como expectativas sobre quando é que a criança deverá alcançar determinados marcos do desenvolvimento normativo; b) conhecimento sobre a saúde e segurança, nomeadamente informações básicas sobre a promoção de saúde nas crianças e como prevenir acidentes em casa, bem como a capacidade para lidar eficazmente com pequenas doenças; c) conhecimento sobre estratégias que atendam às necessidades físicas, biológicas, socioemocionais e cognitivas das crianças à medida que estas crescem e se desenvolvem. Sendo que, os pais deverão utilizar o seu conhecimento para interpretar o comportamento e as aquisições dos seus filhos, de forma a poderem orientar as suas próprias decisões quotidianas sobre os cuidados e a educação da criança (De Castro Ribas & Bornstein, 2005).

O conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento das crianças tem uma grande influência no desenvolvimento infantil e na interação que os pais têm com os filhos (Aldayel et al., 2020). Uma vez que, por norma, os pais são os principais cuidadores das

crianças nos primeiros anos, o conhecimento parental sobre os marcos do desenvolvimento infantil ajuda-os a criar um ambiente saudável para potencializar o desenvolvimento e a ter expectativas adequadas para interagir positivamente com os filhos (Aldayel et al., 2020). Pais com um conhecimento parental adequado apresentam uma maior autoeficácia, melhores competências parentais e práticas parentais mais positivas e adequadas (Aldayel et al., 2020). Para além disto, maior conhecimento parental está positivamente associado a um desenvolvimento infantil mais normativo e mais positivo (Morawska et al., 2009).

Pais com conhecimento sobre os marcos do desenvolvimento infantil podem detetar com maior facilidade algum atraso considerado anormal no desenvolvimento da criança, o que pode levar a intervenções mais precoces e com resultados mais positivos (Aldayel et al., 2020).

Por outro lado, segundo Aldayel et al. (2020), pais com baixo nível de conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil demonstraram ter comportamentos mais negligentes em relação aos seus filhos, bem como práticas parentais menos positivas e têm uma menor probabilidade de detetar problemas no desenvolvimento das crianças (Aldayel et al., 2020).

O conhecimento parental tem influência na interação entre os pais e os filhos (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Huang et al., 2005; Morawska et al., 2009).

Vários estudos referem que maior conhecimento parental se traduz numa maior sensibilidade na interação entre os pais e os filhos (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Huang et al., 2005; Morawska et al., 2009). Para além disso, os pais tendem a ter estilos parentais mais eficazes, nomeadamente parentalidade mais responsiva e práticas parentais mais positivas (Aranda, 2014; Glatz & Buchanan, 2015 citado por Albanese et al., 2019). Adicionalmente, tendem a proporcionar um ambiente e contexto familiar de maior

qualidade, a fornecer maior estimulação durante o período de desenvolvimento das crianças e utilizam menos estratégias punitivas (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Huang et al., 2005; Morawska et al., 2009).

Segundo Damast et al. (1996), mães que têm maior conhecimento parental tendem a responder de forma mais sensível aos pedidos dos seus filhos. Porém, mães com menor conhecimento parental e com expectativas imprecisas sobre o desenvolvimento dos filhos tendem a ser mais inflexíveis e menos sensíveis (Damast et al., 1996 citado por Sanders & Morawska, 2014).

Segundo Bugental & Corpuz (2019), o conhecimento parental tem influência na percepção que os pais têm sobre a sua competência parental, a satisfação do papel parental e o investimento na parentalidade. Sendo que, a capacidade que os pais têm de analisar o seu papel parental e a sua competência enquanto pais, ajuda-os a desenvolver expectativas mais realistas dos seus filhos e interpretações mais precisas em relação aos comportamentos que os filhos têm (Bugental & Corpuz, 2019).

Diversos estudos demonstram que pais com maior conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil, apresentam níveis mais elevados de competências parentais e os filhos têm competências cognitivas mais elevadas (Huang et al., 2005; Stevens, 1984 citado por Sanders & Morawska, 2014).

No estudo realizado por Hess et al., (2004), verificou-se uma associação positiva entre a autoeficácia parental e a competência parental quando o conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil é elevado. No entanto, pais com autoeficácia parental elevada, mas com baixo conhecimento parental, tendiam a ser menos sensíveis nas suas interações com os filhos (Hess et al., 2004 citado por Sanders & Morawska, 2014).

O conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento infantil irá moldar as crenças parentais dos pais, bem como as suas práticas (Bornstein et al., 2020).

Crenças Parentais

Os indivíduos têm tendência a adotar opiniões que os ajudem a compreender o mundo e que os ajude a atender às necessidades psicológicas, sociais e culturais que são necessárias para conviver consigo próprios e na sociedade onde estão inseridos (Jervis, 2006). As crenças são ideias que os indivíduos acreditam serem verdadeiras e que estão ligadas aos valores das pessoas, que são importantes para elas e que têm impacto nos comportamentos (Jervis, 2006). As crenças tanto podem estar relacionadas com estados internos, como a realidades externas. Muitas vezes tendemos a interpretar os nossos sentimentos e a nossa realidade através daquilo em que acreditamos, que são as nossas crenças (Jervis, 2006).

As crenças, geralmente, são mantidas sem recurso a provas ou a evidências (Jervis, 2006). Assim, os sistemas de crenças abordam, frequentemente, questões que não podem ser explicadas pela razão ou pela lógica (Jervis, 2006). As crenças dos indivíduos são uma parte importante da sua identidade e podem ter origem religiosa, cultural ou moral (Jervis, 2006). Por norma, as crenças refletem a forma como as pessoas são, como pensam e como se comportam, pelo que tem um grande impacto no dia a dia das pessoas (Jervis, 2006).

Segundo a literatura, o conhecimento parental pode ser diferenciado das crenças parentais, uma vez que o conhecimento se refere a informações que são factuais, por exemplo, conhecimento sobre os marcos do desenvolvimento (Goodnow, 1995 citado por De Castro Ribas & Bornstein, 2005).

Nos dias atuais, existem muitos termos para caracterizar o conhecimento parental, nomeadamente “*crenças parentais*”, que também se podem designar por “*percepções parentais*” (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Goodnow, 1988). Embora alguns autores façam uma distinção entre as duas expressões, outros classificam como

sendo a mesma (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Goodnow, 1988). Assim, o termo “*crença parental*” representa cognições daquilo que os pais pensam e acreditam sobre o desenvolvimento infantil (Holden & Smith, 2019).

As crenças parentais são definidas como um conjunto de teorias sobre o que é importante para o desenvolvimento e para a educação dos filhos e sobre os aspectos que influenciam o desenvolvimento infantil (Ridao et al., 2021). Incluem, assim, uma série de cognições, nomeadamente, atitudes, valores, percepções da criança e dos próprios pais, concepções sobre o processo de desenvolvimento, atribuições, expectativas e o conhecimento dos marcos do desenvolvimento normativo, bem como as técnicas parentais utilizadas (Murphey, 1992). As crenças dos pais sobre o desenvolvimento são consideradas fatores que estão relacionados com os resultados do desenvolvimento infantil, uma vez que influenciam o comportamento dos pais e, conseqüentemente, o comportamento dos filhos (Sanders & Morawska, 2014). Existem evidências de que as expectativas que os pais têm, têm efeito tanto no comportamento dos pais, como no comportamento e desempenho dos filhos (Donahue et al., 1997 citado por Sanders & Morawska, 2014).

As crenças dos pais são resultado da experiência de vida e da cultura, sendo que podem ser transmitidas de geração em geração e podem moldar o futuro das crianças (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Goodnow, 1988). Estão enraizadas nos sistemas cognitivos dos pais e baseiam-se no conhecimento do desenvolvimento infantil por parte dos pais, mas também nas suas próprias experiências com a parentalidade, com o ambiente social e cultural, bem como nos hábitos adotados (Ridao et al., 2021). São construídas com base nas próprias experiências pessoais do indivíduo enquanto criança e enquanto pai/mãe, sendo que a própria experiência dos pais enquanto crianças pode afetar a natureza do sistema de crenças (McGillicuddy-DeLisi, 1982). E, tal como qualquer

outra concepção ou construção cognitiva, as crenças parentais são influenciadas pelo ambiente social e cultural em que os indivíduos se inserem (Ridao et al., 2021).

As crenças parentais afetam o comportamento dos pais, as suas ideias, emoções e a forma de interagir com os filhos, o que, conseqüentemente, terá impacto no desenvolvimento infantil das crianças e irá influenciar as decisões quotidianas dos pais sobre a educação dos filhos (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Bornstein et al., 2020; Goodnow, 1988).

Segundo Bornstein (2012), as crenças parentais têm a capacidade para motivar, explicar, prever e mudar os comportamentos parentais e têm a capacidade de regular a maioria das interações do ambiente em que as crianças se inserem (Bornstein, 2012). Segundo Miller-Loncar et al. (2000), as crenças e as expectativas dos pais afetam o seu próprio comportamento, o que por sua vez, tem impacto nas competências de desenvolvimento da criança (Miller-Loncar et al., 2000 citado por Sanders & Morawska, 2014). As crenças que os pais possuem sobre o desenvolvimento infantil alia-se ao comportamento parental e têm impacto no ambiente da família, influenciando, por isso, a vida da criança (Murphey, 1992). Assim, o contexto de desenvolvimento onde as crianças estão inseridas inclui as crenças dos pais em relação à própria criança e as crenças dos pais em relação aos seus próprios papéis enquanto pais (Murphey, 1992).

Segundo Miller-Loncar et al. (2000), as crenças e as expectativas dos pais afetam o seu próprio comportamento, o que por sua vez, tem impacto nas competências de desenvolvimento da criança (Miller-Loncar et al., 2000 citado por Sanders & Morawska, 2014). As crenças que os pais têm sobre os processos do desenvolvimento infantil podem ser vistos como um meio através do qual os pais guiam as suas relações com os seus filhos (McGillicuddy-DeLisi, 1982), uma vez que constituem uma base da parentalidade importante que tem influência na dinâmica e no ambiente familiar em que as crianças se

inserem (Ridao et al., 2021). Este conjunto de crenças determina a forma como as mães e os pais educam e desempenham um papel que é fundamental no sistema familiar e na socialização das crianças. (Ridao et al., 2021). Segundo Ridao et al. (2021), os pais adaptam as suas práticas parentais tendo em consideração a sua interpretação dos cenários parentais e da educação dos filhos, que tem como base as crenças dos próprios pais (Ridao et al., 2021). Desta forma, os pais com um melhor conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil e sobre a educação parental, tendem a ter crenças parentais mais adequadas, o que ajuda com que se sintam mais satisfeitos com a sua parentalidade e, por isso, utilizam práticas parentais mais positivas (Ridao et al., 2021).

Segundo a abordagem dos sistemas de crenças, as crenças parentais não são independentes umas das outras, nas formam uma estrutura complexa que serve de guia para a parentalidade quotidiana. (Ridao et al., 2021). As ideias são definidas como estruturas cognitivas com base nas quais os pais interpretam as suas experiências de educação com os seus filhos. (Ridao et al., 2021).

Segundo Sanders & Morawska (2014), as crenças dos pais podem afetar o desenvolvimento dos primeiros anos de uma criança (Sanders & Morawska, 2014). Um estudo realizado nos Estados Unidos da América demonstrou que as crenças dos pais estavam positivamente associadas aos resultados de desenvolvimento das crianças, nomeadamente no que diz respeito às competências cognitivas e socioemocionais (Puccioni et al., 2020 citado por Wang et al., 2022). Também num estudo realizado por Attanasio et al. (2019), demonstrou-se, através de intervenções parentais, que eram as crenças parentais que afetavam, sobretudo, as práticas parentais (Attanasio et al., 2019 citado por Attanasio et al., 2020). Por outras palavras, as crenças parentais têm um impacto indireto no desenvolvimento infantil uma vez que influenciam as práticas parentais e as expectativas que os pais têm dos seus filhos (Ramesfeld et al., 2013 citado

por Wang et al., 2022). Pais com crenças e expectativas mais realistas e adequadas sobre o desenvolvimento infantil estão relacionados com maior competência socio emocional e cognitiva da criança (McGillicuddy-DeLisi, 1982). Um estudo realizado por Ramesfeld et al. (2013), demonstrou que as crenças dos pais sobre o desenvolvimento infantil são um fator determinante nas interações entre os pais e os filhos (Ramesfeld et al., 2013 citado por Wang et al., 2022). Pais com crenças mais tradicionais tendem a ter uma definição inata do desenvolvimento, bem como uma baixa percepção da sua própria influência no desenvolvimento dos filhos, geralmente adotam práticas parentais mais autoritárias e têm um baixo nível de educação (Ridao et al., 2021).

Descrição das hipóteses

O ambiente em que a criança está inserida é crucial para o seu desenvolvimento e em grande parte este ambiente é afetado por diversos fatores, nomeadamente o nível de escolaridade dos pais, o estado civil dos pais, a situação profissional dos pais e o rendimento familiar (Letourneau et al., 2013). Existe uma relação entre o conhecimento parental e as crenças parentais, uma vez que estas são influenciadas pelas características dos pais e das crianças, mas também pelo contexto social, económico, educacional e cultural no qual os indivíduos se inserem (Borges & Salomão, 2015).

Diversos estudos analisaram e compararam o conhecimento e as crenças dos pais sobre o desenvolvimento infantil entre as diferentes características sociodemográficas, nomeadamente o conhecimento parental em mães *versus* pais (De Castro Ribas & Bornstein, 2005; Kliman & Vukelich, 1985; Ryan et al., 2006; Scarzello et al., 2016; Stevens, 1988; Winter et al., 2012); a idade dos pais (Bornstein et al., 2010, 2020; Bornstein & Putnick, 2007; Morawska et al., 2009; Ridao et al., 2021; September et al., 2015); o nível de escolaridade (De Castro Ribas & Bornstein, 2005; Hess et al., 2004; Hortaçsu, 1995; Huang et al., 2005; Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008; Morawska et al.,

2009; Ridao et al., 2021; Scarzello et al., 2016; Winter et al., 2012); o estatuto socioeconómico (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Cunha et al., 2013; Francesconi & Heckman, 2016; Hartas, 2011; Hess et al., 2004; Huang et al., 2005; Letourneau et al., 2013; Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008; Morawska et al., 2009; Ninio, 1979; Scarzello et al., 2016; September et al., 2015; Stevens, 1988; Winter et al., 2012) e o local de residência (urbano ou rural) (Bornstein, 2012; Borges & Salomão, 2015; Kobarg & Vieira, 2008; Ruela & Seidl-de-Moura, 2007).

Conhecimento parental em mães versus pais

Segundo Ryan et al. (2006), as mães têm um papel diferente ao dos pais no que diz respeito às práticas parentais (Ryan et al., 2006). As mães demonstram ter maior sensibilidade, uma melhor capacidade de resposta para satisfazer as necessidades dos seus filhos, enquanto os pais têm um papel mais fundamental no que diz respeito à estimulação cognitiva das crianças (Ryan et al., 2006). Apesar de as mães e os pais terem um impacto de forma diferente no desenvolvimento infantil (Ryan et al., 2006), é necessário perceber se o nível de conhecimento parental é semelhante entre os dois (Winter et al., 2012).

Segundo um estudo realizado Kliman & Vukelich (1985), mães têm maior conhecimento parental, em comparação com os pais (Kliman & Vukelich, 1985). Também num estudo realizado por Scarzello et al. (2016) e num estudo realizado por Winter et al. (2012), demonstrou-se que mães têm um maior conhecimento parental em comparação com os pais (Scarzello et al., 2016; Winter et al., 2012). Porém, apesar de ser verificar que as mães têm mais informações sobre o desenvolvimento infantil, os pais sabem relativamente menos do que as mães, sendo que a discrepância que existe entre o nível de conhecimento parental dos pais não é grande (Kliman & Vukelich, 1985). Quando as mães têm um maior conhecimento parental, os seus conjugues também tinham maior conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Stevens, 1988). Assim, mães com

maior conhecimento parental tendem a influenciar o conhecimento parental dos seus cônjuges (De Castro Ribas & Bornstein, 2005; Stevens, 1988).

Idade dos pais

Segundo Morawska et al. (2009), a idade dos pais tem impacto no desenvolvimento infantil das crianças (Morawska et al., 2009). A idade dos pais afeta o desenvolvimento infantil uma vez que é um dos fatores preditores do conhecimento parental e das crenças parentais (Morawska et al., 2009; Ridao et al., 2021; September et al., 2015).

No estudo de Morawska et al. (2009), verificou-se a existência de uma relação positiva entre a idade dos pais e o conhecimento parental (Morawska et al., 2009). Desta forma, pais mais novos têm tendência a ter menor conhecimento parental e crenças parentais menos adequadas, em comparação com pais mais velhos (Bornstein et al., 2010, 2020; Bornstein & Putnick, 2007; September et al., 2015).

Nível de Escolaridade

O nível de escolaridade dos pais é um preditor do conhecimento parental e tem impacto nas crenças parentais (Hortaçsu, 1995; Ridao et al., 2021; Morawska et al., 2009). Também tem impacto na educação dos filhos, uma vez que influencia o conhecimento que é adquirido pelos pais em relação ao desenvolvimento infantil (Hortaçsu, 1995). Num estudo realizado por De Castro Ribas & Bornstein (2005), verificou-se que a educação e o nível de escolaridade dos pais era o melhor preditor do conhecimento parental e das crenças parentais e, um dos que, entre outros, mais tem impacto no conhecimento sobre o desenvolvimento (De Castro Ribas & Bornstein, 2005). Isto porque, o nível de escolaridade é um preditor da educação dos pais, bem como do estatuto sócio económico, permitindo assim que os pais tenham maiores possibilidades em ter crenças parentais mais

apropriadas e adquirirem o conhecimento sobre o desenvolvimento infantil mais apropriado (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Adicionalmente, o nível de escolaridade tem impacto no desenvolvimento das crianças no que diz respeito à qualidade e quantidade de oportunidades educativas disponíveis para a criança ao longo do seu desenvolvimento (Hortaçsu, 1995). Tem ainda impacto ao nível dos valores e crenças que são passadas à criança ao longo do crescimento, no conhecimento e nas crenças parentais e, nas práticas parentais utilizadas (Hortaçsu, 1995).

Assim, pais com níveis de escolaridade mais elevados demonstraram ter maior conhecimento parental e crenças parentais mais adequadas, em comparação com pais com níveis de escolaridade mais baixo (De Castro Ribas & Bornstein, 2005; Hess et al., 2004; Huang et al., 2005; Morawska et al., 2009; Winter et al., 2012; Scarzello et al., 2016).

Estatuto Socioeconómico

Um estudo realizado por Stevens (1988), demonstrou que pais com maior estatuto sócio económico apresentam maior conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Stevens, 1988; Benasich & Brooks-Gunn, 1996). Também Ninio (1979) e Cunha et al. (2013), demonstraram que pais com maior estatuto socioeconómico apresentam maior conhecimento parental sobre os marcos do desenvolvimento infantil, em comparação com pais com um estatuto socioeconómico mais baixo (Cunha et al., 2013; Ninio, 1979).

Segundo Hartas (2011), existe uma ligação entre a desvantagem socioeconómica e o nível de escolaridade dos pais que, por sua vez, tem impacto no conhecimento parental e nas crenças parentais o que compromete as competências e as capacidades parentais (Hartas, 2011). Adicionalmente, as dificuldades socioeconómicas familiares também têm impacto nas práticas parentais e no bem-estar das crianças inseridas no ambiente familiar (Francesconi & Heckman, 2016; Hartas, 2011).

Vários autores investigaram os efeitos das competências dos pais e dos recursos monetários no que diz respeito ao investimento escolar e na saúde das crianças (Becker, 1991 citado por Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Segundo Lugo-Gil & Tamis-LeMonda (2008), os pais com menos recursos monetários enfrentam maiores restrições no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas dos filhos, nomeadamente ao nível da educação e da saúde (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Contrariamente, pais que gastam mais tempo e recursos monetários na educação e nos cuidados de saúde dos filhos, os filhos tendem a alcançar melhores resultados em termos de desenvolvimento cognitivo (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Segundo Lugo-Gil & Tamis-LeMonda (2008), os recursos económicos influenciam as crianças através do papel dos pais, sendo que afetam a qualidade parental e, por isso, tem impacto no desenvolvimento cognitivos e socio emocional das crianças (Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). O estatuto socioeconómico tem diferentes influências no desenvolvimento da criança, nomeadamente os recursos parentais, o suporte social dos pais e a saúde mental parental (Kalil & DeLeire, 2004 citado por Letourneau et al., (2013). Segundo Crittenden (2008), o baixo rendimento dos pais está fortemente relacionado a estilos parentais incoerentes que resultam numa fraca vinculação cuidador-criança devido à dificuldade dos pais em atender as necessidades das crianças, relacionada com a falta de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Crittenden, 2008 citado por Letourneau et al., (2013).

Assim, pais com níveis de rendimento mais elevados, ou seja, com maior estatuto sócio económico, demonstraram ter maior conhecimento parental e crenças parentais mais adequadas, em comparação com pais com níveis de rendimento mais baixos (Scarzello et al., 2016; September et al., 2015; Hess et al., 2004; Huang et al., 2005; Morawska et al., 2009; Winter et al., 2012).

Local de Residência

As crenças e o conhecimento dos pais sobre os seus filhos e sobre a forma como os educam e interagem com os mesmos, são construídas através da relação entre o indivíduo e o seu contexto sociocultural (Bornstein, 2012). É, por isso, importante analisar o contexto em que o indivíduo vive e se encontra inserido, pois é uma fonte de informação que pode explicar as práticas e comportamentos parentais (Borges & Salomão, 2015).

Segundo Borges & Salomão (2015), o conhecimento parental e as crenças parentais são influenciadas por diversas características sociodemográficas, nomeadamente o local de residência (Borges & Salomão, 2015; Kobarg & Vieira, 2008). O contexto onde as famílias se inserem, seja este numa área urbana ou rural influencia as características sociodemográficas dos indivíduos, nomeadamente as que já foram referidas ao longo deste trabalho, o sexo, a idade, o nível de escolaridade e o nível socioeconómico. Consequentemente, estes influenciam a forma como os pais interagem com as crianças (Borges & Salomão, 2015; Bornstein, 2012; Kobarg & Vieira, 2008).

Num estudo realizado por Ruela e Seidl-de-Moura (2007), demonstrou-se que o contexto (meio rural e meio urbano) em que as famílias estão inseridas tem implicações sobre o que os pais pensam sobre as práticas parentais e o desenvolvimento infantil (Ruela & Seidl-de-Moura, 2007).

Também um estudo realizado por Kagitçibasi (1996), demonstrou que existem diferenças entre o contexto urbano e rural. Sendo que, alguns dos motivos que explicam a diferença entre os dois meios (urbano e rural), são o facto de existir maior diversidade de opções sociais, económicos e educacionais nas áreas urbanas (Kagitçibasi, 1996 citado por Kobarg & Vieira, 2008).

Desta forma, o contexto influencia as crenças e o conhecimento parental, sendo que por sua vez, influencia as práticas do cuidado parental (Kobarg & Vieira, 2008). As crenças e o conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil podem ser diferentes consoante o local de residência em que as famílias se inserem, seja este um meio urbano ou rural (Kobarg & Vieira, 2008).

Objetivos e hipóteses de investigação

Este estudo tem como principal objetivo analisar as diferenças no conhecimento e nas crenças parentais, em função das características individuais e demográficas dos pais e das mães, por exemplo a idade, habilitações e estatuto socioeconómico.

O presente estudo é pertinente porque que é importante descrever e conhecer os fenómenos que influenciam o conhecimento e as crenças parentais, de forma a ser possível intervir eficazmente sobre as diferentes áreas do desenvolvimento infantil.

As hipóteses de investigação deste estudo são: (1) é esperado que exista maior conhecimento parental em mães, em comparação com pais; (2) é esperado que as crenças parentais e o conhecimento parental difiram consoante a idade dos participantes; (3) é esperado que o conhecimento parental seja mais elevado em participantes com maiores níveis de escolaridade, em comparação com participantes com menores níveis de escolaridade; (4) é esperado que as crenças parentais difiram consoante o nível de escolaridade, em comparação com participantes com menores níveis de escolaridade; (5) é esperado que o conhecimento parental seja mais elevado em participantes com maior estatuto socioeconómico, em comparação com participantes com menor estatuto socioeconómico; (6) é esperado que as crenças parentais difiram consoante o estatuto socioeconómico e sejam mais apropriadas em participantes com maior estatuto socioeconómico; (7) é esperado que o conhecimento parental seja mais elevado em participantes que vivem no meio urbano, em comparação com participantes que vivem

no meio rural e, (8) é esperado que as crenças parentais difiram consoante o local de residência e sejam mais apropriadas em participantes que vivem no meio urbano.

Método

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 953 mães (90,5%) e 96 pais (9,1%) residentes em Portugal, com mais de 20 anos e com crianças com idades entre os 0-6 anos. Os participantes foram recrutados através do método de amostragem não probabilístico intencional, uma vez que se pretende estudar adultos com mais de 20 anos, que tenham filhos entre os 0-6 anos e que residam em Portugal e, o método de amostragem não probabilístico por bola de neve, uma vez que será solicitado aos participantes que indiquem outros possíveis participantes. Adicionalmente, este estudo tem como critérios de inclusão (1) os participantes residirem em Portugal; (2) terem mais de 20 anos; (3) serem mães e pais e, (4) terem filhos entre os 0-6 anos. E, tem como critérios de exclusão (1) qualquer outro adulto que não seja residente em Portugal; (2) tenha mais de 20 anos e (3) que não tenha filhos entre os 0-6 anos.

A idade dos participantes variou entre os 20 e os 75 anos. Sendo que a média de idades foi de 39 anos ($M= 39.039$).

Tabela 1. *Estado Civil*

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Casado</i>	524	49,80%
<i>Separado / Divorciado</i>	66	6,30%
<i>União de Facto</i>	293	27,80%
<i>Solteiro</i>	158	15%
<i>Outro</i>	8	0,80%
<i>Preferiu não responder</i>	4	0,40%
<i>Total</i>	1053	100%

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas (frequências e percentagens) do estado civil dos participantes. Sendo que, a maioria dos participantes são *Casados* (49,8%) ou estão juntos em *União de Facto* (27,8%).

A Tabela 2 apresenta as estatísticas descritivas (frequências e percentagens) do grau de escolaridade dos participantes. Os níveis de escolaridade dos participantes variam entre o 1º Ciclo do Ensino Básico (0,1%) e o Doutoramento (2,2%), sendo que a maioria dos participantes tem uma Licenciatura (46,4%), seguido do Mestrado (28,2%).

Tabela 2. *Grau de Escolaridade dos Participantes*

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
<i>1º Ciclo do Ensino Básico</i>	1	0,10%
<i>2º Ciclo do Ensino Básico</i>	1	0,10%
<i>3º Ciclo do Ensino Básico</i>	23	2,20%
<i>Ensino Secundário</i>	199	18,90%
<i>Licenciatura</i>	489	46,40%
<i>Mestrado</i>	297	28,20%
<i>Doutoramento</i>	23	2,20%
<i>Outro</i>	20	1,90%
<i>Total</i>	1053	100%

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas (frequências e percentagens) do local de residência dos participantes. O local de residência dos participantes variou entre o meio urbano (77,50%) e o meio rural (22,50%).

Tabela 3. *Local de Residência*

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Urbano</i>	809	77,50%
<i>Rural</i>	235	22,50%
<i>Total</i>	1044	100%

A Tabela 4 apresenta as estatísticas descritivas (frequências e percentagens) do nível socioeconómico dos participantes. O nível socioeconómico variou entre *Baixo*

(2,2%) e *Alto* (0,6%). Sendo que, a maioria dos participantes têm um estatuto socioeconómico *Médio* (61,5%).

Tabela 4. *Nível Socioeconómico*

	<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>
<i>Baixo</i>	23	2,20%
<i>Médio Baixo</i>	189	18,30%
<i>Médio</i>	636	61,50%
<i>Médio Alto</i>	179	17,30%
<i>Alto</i>	6	0,60%
<i>Total</i>	1034	100%

Procedimento

Para esta dissertação recorreu-se à recolha de dados através de métodos quantitativos sendo que, para isso, foi desenvolvido um questionário que tem como objetivo analisar o conhecimento e as crenças parentais sobre o desenvolvimento infantil.

O referido questionário foi partilhado através da divulgação online e da partilha em grupos de pais. Foi aplicada uma versão do questionário em papel a cuidadores que não tenham possibilidade de responder ao questionário online ou, será aplicada uma versão do questionário online com o apoio de um membro da equipa de investigação.

Esta dissertação seguiu um delineamento transversal, uma vez que analisa dados de diferentes grupos num momento específico. Decorreu ao longo de 12 meses e teve o acompanhamento de membros da equipa de investigação, que têm a formação adequada para a condução e acompanhamento deste estudo. A versão final do instrumento que foi aplicado passou pelas etapas necessárias para a sua construção, nomeadamente revisão de literatura, realização de grupos focais e a realização de um estudo piloto.

A participação foi voluntária e os participantes foram previamente informados das condições de confidencialidade. O consentimento informado foi obtido antes da

realização do questionário e os participantes foram informados de que podiam desistir a qualquer momento. A realização do questionário não trouxe quaisquer danos aos participantes e os métodos utilizados na condução deste estudo foram adequados e passaram por todas as etapas necessárias para a sua aplicação.

Instrumentos

Para este estudo foi realizado um questionário com várias etapas. Numa fase inicial, foram realizados grupos focais com as alunas do Mestrado de Psicologia e Psicopatologia do Desenvolvimento, com o objetivo de mapear os construtos temáticos que emergissem para gerar os temas dos itens que foram utilizados para o estudo piloto e para a versão final do questionário. Foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema do estudo, seguida da realização e aplicação de um estudo piloto que surgiu da adaptação de um questionário já existente, “*What Grown-Ups Understand about Children – A National Benchmark Survey*” (Civitas Initiative, Zero to Three & Brio Corporation, 2000). Por fim, desenvolveu-se a versão final do questionário que foi aplicado, tendo sido adaptado dos questionários “*What Grown-Ups Understand about Children – A National Benchmark Survey*” (Civitas Initiative, Zero to Three & Brio Corporation, 2000); “*Knowledge of Infant Development Inventory*” (MacPhee, 2002) e, “*Quality of Life Questionnaire*” (Shye, 1979, 1985, 1989 citado por Arad & Wozner, 2001). O instrumento conta com questões que remetem para o conhecimento e crenças parentais. Adicionalmente, o questionário também conta com um conjunto de questões sociodemográficas referentes ao sexo, idade, local de residência, grau de escolaridade, estatuto socioeconómico e outras questões relacionadas com o envolvimento que os participantes têm com crianças e sobre o desenvolvimento infantil. Existem vários tipos de resposta, nomeadamente itens de escolha múltipla, itens de resposta aberta e escalas de *likert*, numeradas de 1 a 5 e outras numeradas de 1 a 10.

Análise de dados

Os dados recolhidos foram analisados através do programa estatístico *IBM SPSS Statistics*. Numa fase inicial, foram selecionadas algumas questões-chave que remetem ao conhecimento parental e outras que remetem às crenças parentais, com o objetivo de analisar as diferenças das variáveis sociodemográficas consoante as hipóteses deste estudo.

Tabela 5. *Questões referentes às crenças parentais que foram selecionadas para a análise e comparação estatística.*

Questão 1: Embalar um bebé de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito.
Questão 2: Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.
Questão 3: Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias.
Questão 4: Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.
Questão 5: Os pais têm impacto significativo no desenvolvimento cerebral das crianças.
Questão 6: A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual.
Questão 7: Ser colocado numa instituição de acolhimento oferece às crianças experiências familiares positivas.
Questão 8: Deveriam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento.
Questão 9: Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.
Questão 10: Mesmo que as crianças sejam retiradas de casa porque os seus pais as negligenciam, devem ser realizados todos os esforços para que as crianças regressem a casa.

As questões que foram selecionadas para serem analisadas podem ser consultadas na tabela 5 e 6, abaixo. Procedeu-se também à análise descritiva da amostra, seguida da comparação entre as diferentes questões e respectivas variáveis sociodemográficas (i.e., sexo; idade; nível de escolaridade; nível socioeconómico e local de residência). Posteriormente, procedeu-se à realização de análises Qui-Quadrado, de forma a confirmar se existiam diferenças significativas entre as diferentes questões e respectivas variáveis sociodemográficas.

Tabela 6. *Questões referentes ao conhecimento parental que foram selecionadas para a análise e comparação estatística.*

Questão 1: Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos, nomeadamente: Ler para a criança.
Questão 2: Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos, nomeadamente: Falar com a criança.
Questão 3: A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças diz a sua primeira palavra.
Questão 4: A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a brincar sozinha (mais do que 1H)
Questão 5: A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a vestir-se sozinha.
Questão 6: A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a escrever o seu nome.

Resultados

Comparações entre o pai e mães

Uma vez que existiu uma maior adesão das mães à participação deste estudo, os dados obtidos não permitem realizar comparações entre o sexo, conforme era esperado.

Comparações entre a idade

Os dados obtidos na aplicação do questionário não permitem realizar comparações entre a idade, conforme era esperado.

Comparações entre o nível de escolaridade

Os dados obtidos na aplicação do questionário não permitem realizar comparações entre os diferentes níveis de escolaridade, conforme era esperado.

Comparações entre o estatuto socioeconómico – Crenças Parentais

Questão 1: “*Embalar um bebé de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito.*”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima apropriada ou, se por outro lado, consideravam que seria algo que poderia habituar mal uma criança. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre embalar um bebé de 1 ano para o adormecer, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 7. Podemos concluir que, existe uma maior percentagem (70,30%) de participantes que consideram “*Apropriado*” embalar um bebé de 1 ano para o adormecer. Existe uma percentagem mais elevada de participantes de estatuto socioeconómico alto (80%), em comparação com o estatuto socioeconómico baixo (58,80%). Em relação à resposta “*Vai “habituar” mal*”, destacam-se os participantes de estatuto socioeconómico médio alto (31,10%), seguido dos participantes de estatuto socioeconómico baixo (29,40%).

É possível concluirmos que existe uma diferença estatisticamente significativa entre os diferentes níveis socioeconómicos ($p = 0,005$).

Tabela 7. Resultados da questão 1: “Embalar um bebê de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Apropriado	58,80%	74,40%	71,70%	62,70%	80%	70,30%
Vai “habituar” mal	29,40%	19,40%	20,80%	31,10%	0%	22,40%
Não sei	11,80%	6,30%	7,40%	6,20%	20%	7,30%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 2: “Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima apropriada ou, se por outro lado, consideravam que seria algo que poderia habituar mal uma criança. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre deixar uma criança de 2 anos sair da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 8.

É possível analisar que 56,30% dos participantes consideram “Apropriado” deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar. Porém, do total, 83,30% dos participantes pertencem ao nível socioeconómico alto, enquanto apenas 31,30% pertencem ao nível socioeconómico baixo. Contrariamente, 56,30% dos participantes com nível socioeconómico baixo consideram que “Vai “habituar” mal”, enquanto apenas 16,70% do nível socioeconómico alto e 35,20% do nível socioeconómico médio alto consideram que “Vai “habituar” mal”. ($p = 0,204$).

Tabela 8. Resultados da questão 2: “Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Apropriado	31,30%	49,10%	57,60%	60%	83,30%	56,30%
Vai “habituar” mal	56,30%	40,50%	34,60%	35,20%	16,70%	36%
Não sei	12,50%	10,40%	7,80%	4,80%	0%	7,80%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 3: “Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima apropriada ou, se por outro lado, consideravam que seria algo que poderia habituar mal uma criança. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir todos os dias, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 9.

A tabela mostra algumas variações nas opiniões dos participantes, sendo que 84% dos participantes com o nível socioeconómico médio baixo consideram “Apropriado” deixar uma criança de 6 anos escolher a roupa que vai vestir para a escola, seguido de 77,60% participantes com o nível socioeconómico médio alto e 75,20% dos participantes com o nível socioeconómico médio. Neste caso, podemos observar que os participantes com o nível socioeconómico baixo e alto foram os grupos com a percentagem mais baixa (68,80% e 66,70%, respetivamente), em comparação com os restantes grupos socioeconómicos. $p=0,023$.

Tabela 9. Resultados da questão 3: “Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Apropriado	68,80%	84%	75,20%	77,60%	66,70%	76,90%
Vai “habituár” mal	31,30%	10,40%	16,60%	11,50%	33,30%	15,10%
Não sei	0%	5,50%	8,10%	10,90%	0%	8%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 4: “Os pais têm um impacto significativo no desenvolvimento cerebral da criança.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente aos pais terem ou não impacto no desenvolvimento cerebral das crianças, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 10.

Tabela 10. Resultados da questão 4: “Os pais têm um impacto significativo no desenvolvimento cerebral da criança.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Sim	100%	98,30%	98,60%	99,20%	100%	98,70%
Não	0%	0,80%	0%	0%	0%	0,10%
Não sei	0%	0,80%	1,40%	0,80%	0%	1,10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

A tabela revela que existe um consenso entre os diferentes níveis socioeconómicos. Em todos os níveis socioeconómicos, a percentagem de respostas positivas é extremamente alta, variando entre os participantes do nível médio baixo (98,30%) e o nível baixo e alto (100%). Podemos concluir que não existe diferenças entre os níveis socioeconómico ($p=0,849$).

Questão 5: “*A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual.*”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima verdadeira ou falsa. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente ao impacto da ligação emocional dos pais com as crianças e se esta pode influenciar o desenvolvimento intelectual das crianças, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 11.

Tabela 11. *Resultados da questão 5: “A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual.”*

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Completamente Falso	5,90%	0%	0,70%	0%	0%	0,70%
Provavelmente Falso	0%	3,40%	0,50%	0,80%	0%	1%
Provavelmente Verdadeiro	23,50%	13,40%	14,20%	15,70%	0%	14,50%
Completamente Verdadeiro	70,60%	83,20%	84,70%	83,50%	100%	83,80%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Ao analisar a tabela podemos concluir que a maioria dos participantes (83,80%) considera a afirmação completamente verdadeira. Porém, é de realçar a diferença entre o grupo socioeconómico alto (100%), em comparação com o grupo socioeconómico baixo (70,60%). É também importante destacar que 5,90% dos participantes do grupo socioeconómico baixo consideraram a afirmação completamente falsa. Podemos concluir que existe uma diferença significativa entre a percentagem de respostas dos dois grupos ($p < 0,001$).

Questão 6: *“Ser colocado(a) numa instituição de acolhimento oferece às crianças experiências familiares positivas.”*

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente às experiências familiares que as crianças têm numa instituição de acolhimento e se estas são positivas, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 12.

Podemos observar que no grupo socioeconómico baixo, 41,7% *“Discorda Completamente”* com a afirmação, enquanto 33,30% *“Discorda”*. Contrariamente, no grupo socioeconómico Alto, 100% dos participantes concordaram com a afirmação, em comparação com apenas 25% dos participantes do grupo socioeconómico baixo. Relativamente aos restantes grupos socioeconómicos podemos observar que existe um consenso e 28,30% dos participantes do nível socioeconómico Médio Baixo, 21,30% dos participantes do nível socioeconómico Médio e 25,70% do grupo socioeconómico Médio Alto discordam completamente da afirmação. Podemos concluir que não existe uma diferença significativa entre os diferentes grupos socioeconómicos ($p = 0,101$).

Tabela 12. Resultados da questão 6: “Ser colocado numa instituição de acolhimento oferece às crianças experiências familiares positivas.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Discordo Completamente	41,70%	28,30%	21,30%	25,70%	0%	23,90%
Discordo	33,30%	49,50%	55,90%	60,40%	0%	54,80%
Concordo	25%	19,20%	21%	13,90%	100%	19,70%
Concordo Completamente	0%	3,00%	1,80%	0%	0%	1,70%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 7: “Deveriam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre os critérios utilizados para os candidatos a famílias de acolhimento e se estes deveriam ser mais restritos, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 13. A análise da tabela mostra-nos que 100% dos participantes do grupo socioeconómico Alto concorda com a afirmação. Podemos verificar que existem percentagens relativamente semelhantes entre os restantes grupos, porém metade discorda (baixo-33,30%; médio baixo-25,50%; médio-28,30%; médio alto-39,80%) e a restante metade concorda (baixo-41,70%; médio baixo- 47,90%; médio- 44,80%; médio alto-38,60%) com a afirmação. É possível concluirmos desta forma que não existem diferenças entre os grupos socioeconómicos ($p=0,862$).

Tabela 13. Resultados da questão 7: “Deveriam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Discordo Completamente	0%	2,10%	2,10%	2,40%	0%	2,10%
Discordo	33,30%	25,50%	28,30%	39,80%	0%	29,90%
Concordo	41,70%	47,90%	44,80%	38,60%	100%	44,30%
Concordo Completamente	25%	24,50%	24,80%	19,30%	0%	23,70%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 8: “Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente à retirada de crianças dos pais biológicos que abusam fisicamente delas, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 14.

Tabela 14. Resultados da questão 8: “Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Discordo Completamente	0%	1,60%	0,70%	1,80%	0%	1,00%
Discordo	0%	1,60%	4,50%	8,80%	0%	4,60%
Concordo	12,50%	29,50%	32,90%	28,10%	25%	31,10%
Concordo Completamente	87,50%	67,20%	61,80%	61,40%	75%	63,30%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Através da análise da tabela podemos observar que a maioria dos participantes concorda com a afirmação (63,30% *concordam completamente* e 31,10% *concordam*). É de realçar a diferença entre o grupo socioeconómico alto, em que 75% “*Concordam Completamente*”, em comparação com o grupo socioeconómico baixo, em que “*Concordam Completamente*” 87,50%. E, 25% dos participantes do grupo socioeconómico alto “*Concordam*”, em comparação com o grupo socioeconómico baixo, em que “*Concordam*” apenas 12,50%. Podemos concluir que não existem diferenças entre os diferentes grupos socioeconómicos ($p=0,364$).

Questão 9: “*Mesmo que as crianças sejam retiradas de casa porque os seus pais as negligenciam, devem ser realizados todos os esforços para que as crianças regressem a casa.*”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente à retirada de crianças dos pais biológicos que abusam fisicamente delas, consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 15. A análise da tabela indica-nos que 100% dos participantes do grupo socioeconómico alto concordam com a afirmação, em comparação com apenas 41,70% dos participantes do grupo socioeconómico baixo. No entanto, os restantes grupos apresentam respostas semelhantes, em que a maioria concorda com a afirmação (grupo socioeconómico baixo – 41,70%; grupo socioeconómico médio baixo – 46,70%; grupo socioeconómico médio – 44,10%; grupo socioeconómico médio alto – 54,70%). Desta forma podemos concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes grupos socioeconómicos ($p=0,143$).

Tabela 15. Resultados da questão 9: “Mesmo que as crianças sejam retiradas de casa porque os seus pais as negligenciam, devem ser realizados todos os esforços para que as crianças regressem a casa.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Discordo Completamente	33,30%	15%	11,20%	9,40%	0%	11,90%
Discordo	25%	23,40%	34%	21,70%	0%	29,90%
Concordo	41,70%	46,70%	44,10%	54,70%	100%	46,40%
Concordo Completamente	0%	15%	10,70%	14,20%	0%	11,80%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Comparações entre o estatuto socioeconómico – Conhecimento Parental

Questão 1: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Ler para a criança.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam *Extremamente Eficaz* (10) a *Nada Eficaz* (1) com a afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 16. Podemos observar pela análise da tabela uma grande concordância por parte dos participantes, em que 82,90% considera “*Extremamente Eficaz*” ler para uma criança. De destacar o grupo socioeconómico baixo (82,40%), em comparação com o grupo socioeconómico alto (66,70%). Porém, não existem grandes diferenças entre o grupo médio baixo (82,40% e o grupo médio alto (81,70%). Podemos concluir assim que não existem diferenças significativas entre os diferentes grupos socioeconómicos.

Tabela 16. Resultados da questão 1: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Ler para a criança.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Nada Eficaz (1)	0%	0%	0%	0%	0%	0%
4	0%	0%	0,20%	0%	0%	0,10%
5	5,90%	0%	0,20%	1,20%	0%	0,40%
6	0%	0,60%	0,50%	1,20%	0%	0,70%
7	5,90%	3,10%	2,10%	1,80%	0%	2,30%
8	0%	6,30%	4%	5,50%	16,70%	4,80%
9	5,90%	7,50%	9,30%	8,50%	16,70%	8,80%
Extremamente Eficaz (10)	82,40%	82,40%	83,70%	81,70%	66,70%	82,90%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 2: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Falar com a criança.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam *Extremamente Eficaz* (10) a *Nada Eficaz* (1) a afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 17. Através da análise da tabela, podemos concluir que existe um grande equilíbrio por parte das respostas dos participantes, em que 89,30% considera “*Extremamente Eficaz*” ler para uma criança.

Tabela 17. Resultados da questão 2: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Falar com a criança.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
Nada Eficaz (1)	0%	0%	0%	0%	0%	0%
5	6,30%	0%	0%	0,60%	0%	0,20%
6	0%	0%	0%	0,60%	0%	0,10%
7	0%	0%	0,40%	0%	0%	0,20%
8	6,30%	1,90%	2,20%	4,40%	20%	2,70%
9	0%	9,00%	8,10%	5%	0%	7,50%
Extremamente Eficaz (10)	87,50%	89%	89,40%	89,40%	80%	89,30%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Questão 3: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças diz a sua primeira palavra.”

Os participantes tiveram de selecionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico. A tabela 18 mostra os principais resultados desta questão. Através da análise da tabela, podemos concluir que de forma geral existe uma maior concentração de respostas por volta dos 9 e 12 meses. Nos grupos socioeconómicos baixo, médio baixo, médio e médio alto, a maior parte dos participantes acredita que uma criança diz a sua primeira palavra aos 12 meses (25%; 18,30%; 22,60% e 23,60%, respetivamente). Enquanto, no grupo socioeconómico alto, a maioria dos participantes considera que uma criança diz a sua primeira palavra aos 10 meses. As restantes respostas dividem-se noutras idades, nomeadamente os 8, 9, 10 e 11 meses com percentagens ligeiramente relevantes. Apesar de não podermos observar

um consenso relativamente à idade em que a criança diz a sua primeira palavra, não existem diferenças entre os diferentes grupos socioeconómicos.

Tabela 18. Resultados da questão 3: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças diz a sua primeira palavra.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
1 Mês	6,30%	7,80%	6,40%	8,10%	16,70%	7%
2 Meses	12,50%	2%	1,60%	1,20%	0%	1,80%
4 Meses	12,50%	1,30%	0,50%	1,90%	0%	1,10%
6 Meses	6,30%	9,80%	6,90%	6,20%	16,70%	7,30%
8 Meses	12,50%	9,80%	7,50%	9,90%	0%	8,40%
9 meses	6,30%	13,10%	13,10%	11,20%	0%	12,50%
10 Meses	0%	9,80%	12,40%	9,90%	33,30%	11,40%
11 Meses	0%	8,50%	7,70%	5,60%	16,70%	7,30%
12 Meses	25%	18,30%	22,60%	23,60%	16,70%	22%

Questão 4: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a brincar sozinha (mais do que IH).”

Os participantes tiveram de seleccionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico. A tabela 19 mostra os principais resultados desta questão.

Tabela 19. Resultados da questão 4: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a brincar sozinha (mais do que 1H).”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
12 Meses	12,50%	6,50%	5,80%	5,20%	0%	5,90%
18 Meses	6,30%	5,10%	5,80%	6,50%	0%	5,80%
19 Meses	6,30%	5,10%	5,80%	6,50%	0%	5,80%
24 Meses	18,80%	17,40%	16%	13,10%	20%	15,80%
36 Meses	6,30%	15,90%	12,40%	16,30%	0%	13,60%
44 Meses	12,50%	0%	0,40%	1,30%	0%	0,70%
48 Meses	0%	2,90%	5,20%	6,50%	0%	4,90%

Através da análise da tabela podemos concluir que existem várias idades que os participantes consideram que uma criança começa a brincar sozinha mais do que 1 hora, porém existiram 2 meses com maior incidência: 24 meses (15,80%) e aos 36 meses (13,60%). De destacar, o grupo socioeconómico alto que não considera os 36 meses como uma idade em que a maior parte das crianças começa a brincar (0%). Apesar desta diferença, não houve diferenças significativas entre os diferentes grupos socioeconómicos.

Questão 5: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a vestir-se sozinha.”

Os participantes tiveram de selecionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico.

Tabela 20. Resultados da questão 5: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a vestir-se sozinha.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
2 Meses	6,70%	4,10%	1,30%	2,70%	0%	2,20%
3 Meses	6,70%	2,10%	3,80%	2,70%	20%	3,50%
4 Meses	6,70%	2,10%	2,70%	4,70%	0%	3,00%
24 Meses	40%	17,10%	8,60%	13,50%	0%	11,50%
28 Meses	6,70%	4,10%	3,10%	2,00%	0%	3,10%
30 Meses	0%	6,20%	7,50%	10,80%	40%	7,90%
36 Meses	0%	14,40%	19,20%	14,90%	20%	17,20%
43 Meses	6,70%	2,10%	1,20%	0%	0%	1,20%
48 Meses	13,30%	4,10%	7,90%	9,50%	0%	7,50%

A tabela 20 mostra os principais resultados desta questão. A análise da tabela permite-nos concluir que não existe uma incidência muito alta em nenhuma idade específica, porém, existe uma maior percentagem de participantes que consideram que uma criança começa a vestir-se sozinha aos 36 meses (17,20%). Adicionalmente, o grupo socioeconómico baixo considera que uma criança começa a vestir-se sozinha aos 24 meses (40%), enquanto o grupo socioeconómico alto considera que uma criança começa a vestir-se sozinha aos 30 meses (40%).

Questão 6: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a escrever o seu nome.”

Os participantes tiveram de seleccionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do

desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o estatuto socioeconómico. A tabela 21 mostra os principais resultados desta questão.

Tabela 21. Resultados da questão 6: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a escrever o seu nome.”

Nível Socioeconómico / Respostas	Baixo	Médio Baixo	Médio	Médio Alto	Alto	Total
1 Mês	0%	0%	0%	0%	16,70%	0,10%
4 Meses	6,70%	3,50%	4,10%	4,70%	0%	4,10%
5 Meses	6,70%	2,10%	3,70%	6,00%	0%	3,90%
36 Meses	0%	7%	8,90%	13,30%	0%	9,10%
40 Meses	6,70%	4,20%	4,30%	6,00%	0%	4,60%
41 Meses	6,70%	0,70%	1,20%	0,70%	0%	1,10%
42 Meses	13,30%	4,90%	5,00%	0%	16,70%	4,30%
46 Meses	6,70%	1,40%	0,40%	0%	33,30%	0,80%
47 Meses	6,70%	0,70%	1,00%	0%	0%	0,80%
48 Meses	13,30%	15,40%	16,60%	17,30%	16,70%	16,50%
60 Meses	0%	9,10%	11,40%	16,70%	0%	11,70%
72 Meses	6,70%	9,10%	6,40%	4,70%	0%	6,50%

A análise tabela permite-nos concluir que não existe uma incidência muito alta em nenhuma idade específica. Porém, existe uma maior percentagem de participantes que consideram que maior parte das crianças começa a escrever o seu nome aos 48 meses (16,50%). É de destacar o grupo socioeconómico alto que considera que uma criança começa a escrever o seu nome aos 46 meses (33,30%). Enquanto, no grupo

socioeconómico baixo não existe um consenso relativamente à idade, sendo que a idade mais mencionada é aos 42 meses e aos 48 meses (13,30% nos dois meses).

Comparações entre o local de residência – Crenças Parentais

Questão 1: *“Embalar um bebé de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito.”*

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima apropriada ou, se por outro lado, consideravam que seria algo que poderia habituar mal uma criança. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre embalar um bebé de 1 ano para o adormecer, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 22. A análise da tabela revela que a maioria dos participantes (70,20%), tanto em áreas urbanas (70,50%) quanto rurais (69,20%), considera apropriado embalar um bebé de 1 ano para adormecê-lo. Porém, 22,50% dos participantes têm a opinião de que essa prática pode "habituar" mal a criança, sendo essa perceção igualmente comum nas áreas rurais e urbanas, correspondendo a 23,60% e 22,20% dos participantes, respetivamente. Podemos assim concluir que não existem diferenças significativas entre os dois locais de residência ($p=0,921$).

Tabela 22. *Resultados da questão 1: “Embalar um bebé de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito.”*

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Apropriado	70,50%	69,20%	70,20%
Vai “habituar” mal	22,20%	23,60%	22,50%
Não sei	7,30%	7,20%	7,30%
Total	100%	100%	100%

Questão 2: “Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima apropriada ou, se por outro lado, consideravam que seria algo que poderia habituar mal uma criança. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre deixar uma criança de 2 anos sair da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição, o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 23.

Tabela 23. Resultados da questão 2: “Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Apropriado	59,70%	43,90%	56,10%
Vai “habituar” mal	33%	46,20%	36%
Não sei	7,30%	9,90%	7,90%
Total	100%	100%	100%

A tabela mostra-nos que 56,10% dos participantes consideram que deixar uma criança de 2 anos sair da mesa para brincar antes de a família terminar a refeição é uma prática “Apropriada”. Esta prática é mais aceita em áreas urbanas (59,70%) do que em zonas rurais (43,90%). Por outro lado, 36% acreditam que esta prática pode “habituar” mal a criança, sendo que se trata de uma opinião mais comum em áreas rurais (46,20%) do que urbanas (33%). Desta forma podemos concluir que existe diferenças significativas entre os dois grupos ($p < 0,001$).

Questão 3: “Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente aos pais terem ou não impacto no desenvolvimento cerebral das crianças, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 24. A tabela revela que 76,90% dos participantes consideram “Apropriado” permitir que uma criança de 6 anos escolha que roupa vai vestir para a escola, sendo a percentagem mais alta em zonas urbanas (78,70%) em comparação com zonas rurais (70,60%). De realçar também que, 15% dos participantes têm a opinião de que esta prática pode “habituar” mal a criança.

($p=0,042$).

Tabela 24. Resultados da questão 3: “Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Apropriado	78,70%	70,60%	76,90%
Vai “habituar” mal	13,60%	19,90%	15%
Não sei	7,70%	9,50%	8,10%
Total	100%	100%	100%

Questão 4: “Os pais têm um impacto significativo no desenvolvimento cerebral da criança.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente ao impacto da ligação emocional

dos pais com as crianças e se esta pode influenciar o desenvolvimento intelectual das crianças, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 25.

Tabela 25. Resultados da questão 4: “Os pais têm um impacto significativo no desenvolvimento cerebral da criança.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Sim	99,10%	97,70%	98,80%
Não	0%	0,60%	0,10%
Não sei	0,90%	1,70%	1,10%
Total	100%	100%	100%

A tabela mostra que a maioria dos participantes (98,80%) concorda que os pais têm um impacto significativo no desenvolvimento cerebral da criança, sendo que existe maior incidência em áreas urbanas (99,10%) do que em zonas rurais (97,70%). Podemos concluir que não existe diferenças entre os dois locais de residência ($p=0,141$).

Questão 5: “A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam a afirmação acima verdadeira ou falsa. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente ao impacto da ligação emocional dos pais com as crianças e se esta pode influenciar o desenvolvimento intelectual das crianças, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 26. Ao analisar a tabela podemos observar que a maioria dos participantes (83,40%) considera “*Completamente Verdadeiro*” que a ligação

emocional dos pais com a criança influencia fortemente o seu desenvolvimento intelectual, com percentagens similares nas áreas urbanas (83,50%) e rurais (83,20%). De referir que 14,20% considera a afirmação “*Provavelmente Verdadeiro*”, com percentagens novamente similares nas áreas urbanas (14%) e rurais (15%). Desta forma, podemos concluir que não existem diferenças entre os dois locais de residência ($p=0,816$).

Tabela 26. *Resultados da questão 5: “A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual.”*

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Completamente Falso	1,50%	0,60%	1,30%
Provavelmente Falso	1,10%	1,20%	1,10%
Provavelmente Verdadeiro	14%	15%	14,20%
Completamente Verdadeiro	83,50%	83,20%	83,40%
Total	100%	100%	100%

Questão 6: “*De modo geral, ser colocado(a) numa instituição de acolhimento oferece às crianças experiências familiares positivas.*”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente às experiências familiares que as crianças têm numa instituição de acolhimento e se estas são positivas, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 27. A tabela mostra que a maioria dos participantes (54,30%) discorda que ser colocado numa instituição de acolhimento oferece experiências familiares positivas às crianças, com maior discordância nas áreas rurais (57,70%) do que em urbanas (53,10%). Importa

referir que 24,30% “*Discorda Completamente*” com a afirmação, com percentagens similares nas áreas urbanas (24,60%) e rurais (23,40%). Desta forma, podemos concluir que não existem diferenças entre os dois locais de residência ($p=0,653$).

Tabela 27. Resultados da questão 6: “*De modo geral, ser colocado(a) numa instituição de acolhimento oferece às crianças experiências familiares positivas.*”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Discordo Completamente	24,60%	23,40%	24,30%
Discordo	53,10%	57,70%	54,30%
Concordo	20,80%	16,80%	19,80%
Concordo Completamente	1,40%	2,30%	1,60%
Total	100%	100%	100%

Questão 7: “*Deviam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento.*”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes sobre os critérios utilizados para os candidatos a famílias de acolhimento e se estes deveriam ser mais restritos, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 28. A tabela revela que a maioria dos participantes (44,60%) concorda que deveriam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento, sendo que 41,50% pertencem ao meio urbano e 53,10% ao meio rural. Adicionalmente, 24% “*Concorda Totalmente*”, sendo que 25,50% pertence ao meio urbano e 20% ao meio rural. Importa referir que 29,40% dos participantes discordam que deveriam existir critérios mais restritos, sendo 31,10% do meio urbano, em comparação com 24,60% do meio rural. Podemos assim concluir que não existem diferenças significativas entre os dois grupos ($p=0,139$).

Tabela 28. Resultados da questão 7: “Deviam existir critérios mais restritos para os candidatos a famílias de acolhimento.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Discordo Completamente	2%	2,30%	2,10%
Discordo	31,10%	24,60%	29,40%
Concordo	41,50%	53,10%	44,60%
Concordo Completamente	25,50%	20%	24%
Total	100%	100%	100%

Questão 8: “Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente à retirada de crianças dos pais biológicos que abusam fisicamente delas, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 29.

Tabela 29. Resultados da questão 8: “Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Discordo Completamente	1,20%	0,60%	1%
Discordo	4,80%	2,90%	4,30%
Concordo	30,80%	33,90%	31,50%
Concordo Completamente	63,20%	62,60%	63,10%
Total	100%	100%	100%

A tabela indica que a maioria dos participantes (63,10%) concorda completamente que, se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve lhes ser retirada. Sendo que, desses 63,20% pertence ao meio urbano e 62,60% ao meio rural, não existindo diferenças entres estes grupos. Adicionalmente, 31,50% dos participantes

também “*Concorda*” com a afirmação, sendo 30,80% do meio urbano e 33,90% do meio rural. Desta forma podemos concluir que não existem diferenças entre os dois grupos ($p=0,570$).

Questão 9: “*Mesmo que as crianças sejam retiradas de casa porque os pais as negligenciaram, devem ser realizados todos os esforços para que as crianças regressem a casa.*”

Os participantes tiveram de classificar se concordavam ou não com a afirmação acima. Esta questão remete para as crenças parentais e pretende-se avaliar se existem diferenças nas opiniões dos participantes relativamente à retirada de crianças dos pais biológicos que abusam fisicamente delas, consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 30.

Tabela 30. *Resultados da questão 9: “Se os pais biológicos abusam fisicamente da criança, esta deve-lhes ser retirada.”*

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Discordo Completamente	11,60%	11%	11,50%
Discordo	30,20%	31,70%	30,50%
Concordo	45,90%	46,90%	46,10%
Concordo Completamente	12,30%	10,30%	11,80%
Total	100%	100%	100%

A tabela apresenta opiniões divergentes sobre a questão de retirar uma criança dos pais biológicos em casos de abuso físico. Cerca de metade dos participantes concordam com a medida (46,10%), sendo 45,90% do meio urbano e 46,90% do meio rural. Adicionalmente, 30,50% dos participantes “*Discordam*” com a afirmação, sendo

30,20% do meio urbano e 31,70% do meio rural. Desta forma, podemos concluir que não existem diferenças entre o meio urbano e o meio rural ($p=0,920$).

Comparações entre o local de residência – Conhecimento Parental

Questão 1: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Ler para a criança.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam *Extremamente Eficaz* (10) a *Nada Eficaz* (1) com a afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil é diferente entre os participantes consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 31.

Tabela 31. Resultados da questão 1: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Ler para a criança.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Nada Eficaz (1)	0%	0%	0%
7	2,40%	1,40%	2,20%
8	5,30%	2,90%	4,70%
9	9,00%	7,70%	8,70%
Extremamente Eficaz (10)	82,70%	85,10%	83,20%

A análise da tabela demonstra que a maioria dos participantes (83,20%) consideram “*Extremamente Eficaz*” ler para a criança, de forma a contribuir para o seu desenvolvimento intelectual e para a sua aprendizagem. Destes, 82,70% pertencem ao meio urbano e 85,10% ao meio rural, não existindo diferenças entre os dois grupos.

Questão 2: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Falar com a criança.”

Os participantes tiveram de classificar se consideravam *Extremamente Eficaz* (10) a *Nada Eficaz* (1) a afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o local de residência. Os resultados desta questão podem ser observados na tabela 32. A tabela revela um consenso significativo sobre a eficácia de falar com uma criança de 2 anos no que diz respeito ao seu desenvolvimento intelectual e à sua aprendizagem. Sendo que, 89,50% dos participantes consideram esta prática "*Extremamente Eficaz*", sendo que 89,90% do meio urbano e 88,30% do meio rural, o que demonstra que não existe diferenças entre os dois grupos.

Tabela 32. Resultados da questão 2: “Existem diferentes ideias sobre aquilo que pode ajudar o desenvolvimento intelectual e a aprendizagem de uma criança de 2 anos. Nomeadamente: Falar com a criança.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
Nada Eficaz (1)	0%	0%	0%
7	0,10%	0,50%	0,20%
8	2,40%	1,40%	2,20%
9	2,90%	2%	2,70%
Extremamente Eficaz (10)	89,90%	88,30%	89,50%

Questão 3: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças diz a sua primeira palavra.”

Os participantes tiveram de seleccionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e

pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o local de residência. A tabela 33 mostra os principais resultados desta questão. A análise da tabela mostra-nos que 22,20% dos participantes acredita que as crianças dizem a sua primeira palavra a partir dos 12 meses, sendo que não existiu uma diferença entre o meio urbano (22,70%) e o meio rural (20,30%). Outras idades mencionadas com alguma frequência são aos 9 meses (12,60%), 10 meses (11,30%) e 11 meses (11,30%). Desta forma podemos concluir que não existem diferenças entre os dois grupos.

Tabela 33. Resultados da questão 3: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças diz a sua primeira palavra.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
1 Mês	7,60%	6,10%	7,30%
6 Meses	6,50%	9,10%	7,10%
7 Meses	3,90%	6,10%	4,40%
8 Meses	7,90%	10,70%	8,50%
9 meses	11,90%	14,70%	12,60%
10 Meses	11,90%	9,10%	11,30%
11 Meses	7,90%	9,10%	11,30%
12 Meses	22,70%	20,30%	22,20%
72 Meses	0,10%	0%	0,10%

Questão 4: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a brincar sozinha (mais do que 1H).”

Os participantes tiveram de selecionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do

desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o local de residência. A tabela 34 mostra os principais resultados desta questão, sendo que foram deixados de parte outros resultados menos significantes.

Tabela 34. *Resultados da questão 4: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a brincar sozinha (mais do que 1H).”*

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
12 Meses	5,40%	8,10%	6,00%
18 Meses	5,40%	6,50%	5,60%
24 Meses	15,20%	16,70%	15,60%
36 Meses	13,70%	13,40%	13,60%
48 Meses	5,40%	3,20%	4,90%

A análise da tabela mostra-nos que as idades mais consensuais para uma criança começar a brincar sozinha é aos 24 (15,60%) e aos 36 (13,60%) meses. Sendo que, aos 24 meses, 15,20% pertencem aos moradores urbanos e 16,70% aos moradores do meio urbano. Aos 36 meses, 13,70% pertence aos moradores do meio urbano e 13,40% do meio rural. A diferença entre as duas populações é mínima nesses pontos, o que demonstra que não existe diferenças significativas entre os dois meios.

Questão 5: *“A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a vestir-se sozinha.”*

Os participantes tiveram de selecionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima. Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o local de residência. A tabela 35 mostra os principais resultados desta questão. Ao analisar a tabela concluímos que não

existe nenhuma idade que se destaque, porém existe um maior consenso aos 36 meses (17,60%), sendo 17,40% do grupo urbano e 18,10% do grupo rural. De seguida, destaca-se a idade dos 24 meses (11,50%), sendo 12,30% do meio urbano e 8,80% do meio rural. Podemos assim concluir que não existem diferenças entre os dois locais de residência.

Tabela 35. Resultados da questão 5: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a vestir-se sozinha.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
3 Meses	3,20%	4,70%	3,60%
4 Meses	3,20%	2,60%	3,10%
24 Meses	12,30%	8,80%	11,50%
28 Meses	2,50%	5,20%	3,10%
30 Meses	7,70%	8,30%	7,80%
32 Meses	2,60%	1,60%	2,40%
36 Meses	17,40%	18,10%	17,60%
48 Meses	8,00%	5,70%	7,50%

Questão 6: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a escrever o seu nome.”

Os participantes tiveram de selecionar entre os 0 e os 72 meses de forma a responder à afirmação acima.

Esta questão remete para o conhecimento parental e pretende-se avaliar se o conhecimento que os participantes têm sobre tópicos do desenvolvimento infantil diferencia-se consoante o local de residência. A tabela 36 mostra os principais resultados desta questão. Através da análise da tabela podemos observar que não houve nenhuma idade específica com uma incidência muito elevada, no entanto a idade com a maior percentagem de respostas é aos 48 meses (16,60%), sendo 16,70% do meio urbano e 16,10% do meio rural. Outra idade que se destaca é aos 60 meses (11,70%), sendo 12,10%

do meio urbano e 10,20% do meio rural. Podemos assim concluir que não existe diferença entre os dois grupos.

Tabela 36. Resultados da questão 6: “A partir de que idade (meses) a maior parte das crianças começa a escrever o seu nome.”

Local de Residência / Respostas	Urbano	Rural	Total
4 Meses	4,10%	3,80%	4,10%
5 Meses	4,30%	3,20%	4,10%
36 Meses	8,90%	9,10%	8,90%
40 Meses	4,00%	7,00%	4,70%
42 Meses	4,10%	4,80%	4,30%
48 Meses	16,70%	16,10%	16,60%
54 Meses	4,40%	1,60%	3,80%
60 Meses	12,10%	10,20%	11,70%
72 Meses	5,80%	7,50%	6,20%

Discussão

Esta investigação teve como principais objetivos analisar as diferenças no conhecimento e nas crenças parentais em função das características individuais e demográficas dos pais e das mães. Nomeadamente, analisar o conhecimento parental e analisar se as crenças parentais são ou não adequadas, em função do (1) sexo (mãe ou pai), (2) idade, (3) nível de escolaridade, (4) estatuto socioeconómico e (5) local de residência.

No que diz respeito ao primeiro objetivo (1), analisar o conhecimento parental e as crenças parentais em função do cuidador (pai *versus* mãe), não foi possível obter os resultados esperados, uma vez que houve mais participantes do sexo feminino do que do

sexo masculino. Por este motivo, não foi possível realizar as comparações necessárias, conforme era esperado (H1).

Relativamente ao segundo objetivo (2), analisar o conhecimento parental e as crenças parentais em função da idade, não foi possível obter os resultados esperados, uma vez que os dados obtidos não permitem a realização de comparações entre a idade, conforme era esperado (H2).

Quanto ao terceiro objetivo (3), analisar o conhecimento parental e as crenças parentais em função do nível de escolaridade, não foi possível obter os resultados esperados, uma vez que os dados obtidos não permitiram a realização de comparações entre os diferentes níveis de escolaridade, conforme era esperado (H3).

No que diz respeito ao quarto objetivo (4), analisar o conhecimento parental e as crenças parentais em função do nível do estatuto socioeconómico, os resultados não foram ao encontro das nossas hipóteses (H5 e H6), uma vez que não indicaram que participantes do grupo socioeconómico mais alto têm mais conhecimento parental e crenças parentais mais adequadas, em comparação com o grupo socioeconómico mais baixo, conforme era esperado. Estes resultados também não vão ao encontro de investigações anteriores (Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Cunha et al., 2013; Francesconi & Heckman, 2016; Hartas, 2011; Hess et al., 2004; Huang et al., 2005; Letourneau et al., 2013; Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008; Morawska et al., 2009; Ninio, 1979; Scarzello et al., 2016; Stevens, 1988; Winter et al., 2012). Porém, um estudo realizado por September et al. (2015) verificou que, apesar de existirem diferenças entre o grupo socioeconómico alto e baixo, os pais do grupo socioeconómico baixo também tinham algum conhecimento parental relativamente às normas e aos marcos (etapas) do desenvolvimento infantil (September et al., 2015).

Apesar de os resultados não terem indicado diferenças entre os participantes do grupo socioeconómico alto e baixo, foram encontradas diferenças significativas em algumas perguntas do questionário que remetem às crenças parentais. Nomeadamente, face à afirmação “*Embalhar um bebé de 1 ano para adormecê-lo, porque ele vai protestar se isso não for feito*”, 80% dos participantes do grupo socioeconómico alto considerou a afirmação *apropriada*, em comparação com 58,8% do grupo socioeconómico baixo. Estes resultados vão ao encontro da nossa hipótese (H6), uma vez que era esperado que grupos socioeconómicos mais altos obtivessem crenças parentais mais apropriadas e que, por isso, considerassem a afirmação *apropriada*. Porém, se compararmos o grupo socioeconómico médio alto (62,7%) com o médio baixo (74,4%), é possível concluirmos que mais participantes do grupo socioeconómico baixo consideram a afirmação *apropriada*. É também relevante destacar que 31,1% dos participantes do grupo socioeconómico médio alto e 29,4% do grupo socioeconómico baixo consideraram que a prática *vai habituar mal*. Face à afirmação “*A ligação emocional dos pais com a criança pode influenciar fortemente o seu desenvolvimento intelectual*”, 100% dos participantes do grupo socioeconómico alto consideraram a afirmação *completamente verdadeira*, em comparação com 70,6% do grupo socioeconómico baixo, conforme era esperado. Estes resultados vão ao encontro da nossa hipótese (H6) e são congruentes com as investigações anteriores. A conceção dos pais sobre os seus filhos e sobre a forma como os educam e interagem com os mesmos são construídas através da relação entre o indivíduo e o seu contexto sociocultural (Bornstein, 2012). Diversos estudos analisaram qual a influência que o estatuto socioeconómico das famílias tem nas crenças parentais (Borges & Salomão, 2015; Hartas, 2011; Letourneau et al., 2013; Lugo-Gil & Tamis-LeMonda, 2008). Um estudo realizado por Borges e Salomão (2015), analisou que as crenças parentais são afetadas pelo estatuto socioeconómico dos pais (Borges & Salomão, 2015).

Relativamente ao quinto objetivo (5), analisar o conhecimento parental e as crenças parentais em função do local de residência, os resultados obtidos não foram ao encontro das hipóteses deste estudo (H7 e H8), uma vez que não se verificou que participantes de áreas urbanas têm maior conhecimento parental e crenças parentais mais adequadas, em comparação com participantes de áreas rurais, conforme era esperado. Estes resultados também não vão ao encontro de investigações anteriores (Bornstein, 2012; Borges & Salomão, 2015; Kobarg & Vieira, 2008; Ruela & Seidl-de-Moura, 2007). No entanto, foram encontradas diferenças significativas em algumas perguntas do questionário que remetem às crenças parentais. Nomeadamente, face à afirmação “*Deixar que uma criança de 2 anos saia da mesa para brincar, antes da família terminar a refeição*”, 59,7% dos participantes de áreas urbanas consideraram a afirmação *apropriada*, em comparação com 43,9% dos participantes de áreas rurais. Contrariamente, 46,2% dos participantes de áreas rurais consideraram que a prática *vai habitual mal*, em comparação com 33% dos participantes de áreas urbanas. Estes resultados vão ao encontro da nossa hipótese (H8), uma vez que era esperado que participantes das áreas urbanas considerassem a afirmação *apropriada*, em comparação com os participantes das áreas rurais, em que era esperado que estes considerassem que a prática descrita habituassem mal as crianças. Face à afirmação “*Deixar uma criança de 6 anos escolher que roupa vai vestir para a escola, todos os dias*” 78,7% dos participantes das áreas urbanas consideraram *apropriado*, em comparação com 70,6% dos participantes das áreas rurais. Contrariamente. 19,9% dos participantes de áreas rurais consideraram que a prática descrita *vai habituar mal*. Estes resultados vão ao encontro da nossa hipótese (H8), uma vez que era esperado que participantes das áreas urbanas considerassem a prática descrita como *apropriada*, em comparação com os residentes de áreas rurais, em que era esperado que considerassem que a prática irá *habituar mal*, demonstrando que

pais residentes em áreas urbanas têm crenças parentais mais adequadas, em comparação com pais residentes em áreas rurais. Os resultados destas duas questões são congruentes com pesquisas anteriores. Um estudo realizado por Kobarg & Vieira (2008), verificou que o local de residência tem impacto nas crenças parentais (Kobarg & Vieira, 2008), por exemplo, relativamente aquilo que os pais pensam sobre as práticas parentais e a forma como interagem com as crianças (Borges & Salomão, 2015; Bornstein, 2012; Kobarg & Vieira, 2008; Ruela & Seidl-de-Moura, 2007). Importa referir que, alguns dos motivos que explicam o porquê do local de residência ter influencia nas crenças parentais é o facto de no meio urbano existir maior diversidade de opções sociais, a nível económico e educacionais (Kagitçibasi, 1996 citado por Kobarg & Vieira, 2008), que por sua vez, também têm impacto nas crenças parentais e na forma como os pais interagem com os filhos.

Ao refletir sobre os resultados que obtidos, podemos concluir que o conhecimento e as crenças parentais não variaram consoante as diferentes variáveis sociodemográficas. Existem diversos motivos que podem explicar o porquê de os resultados não terem ido de encontro ao que era esperado. O facto de ter sido aplicado um questionário *online*, pode levar a que exista desajustabilidade social nas respostas que foram obtidas, podendo não transparecer as verdadeiras perceções dos participantes. Para além disto, atualmente existe uma ferramenta que as gerações mais antigas não tinham acesso, a *internet*. Um estudo realizado por Plantin & Dameback (2009), demonstrou que muitos pais utilizam a *internet* como uma forma de procurar informações sobre o desenvolvimento infantil (Plantin & Daneback, 2009). A utilização e o fácil acesso à *internet* podem explicar o porquê de não existirem diferenças entre o meio rural e o meio urbano, uma vez que é possível aceder à informação disponível na *internet* em qualquer lugar, permitindo atenuar as diferenças que antigamente existia entre os dois meios.

Adicionalmente, o questionário foi aplicado numa faixa de idades mais nova, que também tem mais facilidade em recorrer à *internet* para se informar, pelo que seria interessante aplicar o mesmo questionário numa faixa etária mais velha para perceber se os resultados seriam diferentes. Por fim, existe uma maior percentagem de participantes das áreas urbanas, do que das áreas rurais, sendo que esta diferença também pode ter influenciado as comparações realizadas, o que pode explicar os resultados obtidos.

Por outro lado, os resultados obtidos também podem demonstrar que existem diferenças na sociedade atual, no que diz respeito ao conhecimento e às crenças parentais em populações mais jovens. Seria importante, perceber se, por exemplo, numa amostra com uma faixa etária mais elevada existiram as diferenças esperadas, em cada variável sociodemográfica. Seria também interessante que de futuro se retomasse a tentativa de analisar se existem diferenças relativamente à idade dos pais, ao sexo (mãe vs pai) e, ao nível de escolaridade.

Limitações

Este estudo apresenta algumas limitações. Primeiramente, a amostra é constituída essencialmente por cuidadores do sexo feminino (mães), o que impossibilitou a análise dos resultados obtidos. Em segundo lugar, existe pouca diversidade de amostra entre o meio urbano e o meio rural, tendo maioritariamente, participantes do meio urbano, o que dificultou as comparações entre a esta variável sociodemográfica. A recolha de dados através de um questionário *online* poderá trazer enviesamentos, uma vez que as respostas dadas podem não corresponder às verdadeiras perceções dos participantes e podem ter sido influenciadas pela desejabilidade social. E, por fim, o número de participantes não é representativo da população.

Implicações para a prática

Este é o primeiro estudo que avalia o conhecimento e as crenças parentais com pais e mães que residem em Portugal, permitindo averiguar se as crenças e o conhecimento que os pais têm em relação ao desenvolvimento infantil diferem consoante as variáveis sociodemográficas. Os resultados obtidos permitem retirar conclusões de quais os grupos demográficos mais fragilizados, ou seja, que tenham crenças menos apropriadas e que tenham menor conhecimento parental sobre o desenvolvimento infantil. Esta informação é útil porque permite a criação de métodos de intervenção e a implementação de estratégias de sensibilização sobre as diferentes áreas do desenvolvimento infantil, contribuindo para a criação de crenças parentais mais adequadas e para o aumento do conhecimento parental.

Sabe-se que pais com maior conhecimento parental e crenças parentais adequadas tendem a ter mais competências parentais, que se traduzem em estilos parentais mais eficazes, práticas parentais mais positivas, pais mais sensíveis e responsivos e, utilizam menos estratégias punitivas (Albanese et al., 2019; Benasich & Brooks-Gunn, 1996; Huang et al., 2005) – contribuindo desta forma, para um desenvolvimento mais adequado e saudável durante os primeiros anos das crianças.

Este estudo focou-se essencialmente em analisar se existiam diferenças entre o conhecimento parental e as crenças parentais consoante diferentes variáveis sociodemográficas, tendo obtido algumas limitações. Desta forma, estudos futuros deverão tentar combater estas limitações, tendo como foco: (a) obter uma amostra equilibrada de mães e pais, de forma a conseguir analisar as diferenças entre pai e mãe, (b) obter uma amostra equilibrada de participantes entre o meio urbano e o meio rural; (c) ter uma maior diversidade de amostra no que diz respeito à faixa etária e, (d) realizar um

estudo, por exemplo, através da realização de entrevistas individuais, de forma a evitar que as respostas dos participantes sejam influenciadas pela desejabilidade social.

Referências

- Albanese, A. M., Russo, G. R., & Geller, P. A. (2019). The role of parental self-efficacy in parent and child well-being: A systematic review of associated outcomes. *Child: Care, Health and Development*, 45(3), 333–363. <https://doi.org/10.1111/cch.12661>
- Aldayel, A. S., Aldayel, A. A., Almutairi, A. M., Alhussain, H. A., Alwehaibi, S. A., & Almutairi, T. A. (2020). Parental knowledge of children's developmental milestones in Riyadh, Saudi Arabia. *International Journal of Pediatrics*, 2020, 1–8. <https://doi.org/10.1155/2020/8889912>
- Arad, B. D., & Wozner, Y. (2001). The least detrimental alternative: Deciding whether to remove children at risk from their homes. *International Social Work*, 44(2), 229–239. <https://doi.org/10.1177/002087280104400207>
- Attanasio, O., Cattan, S., Fitzsimons, E., Meghir, C., & Rubio-Codina, M. (2020). Estimating the production function for human capital: Results from a randomized controlled trial in Colombia. *American Economic Review*, 110(1), 48–85. <https://doi.org/10.1257/aer.20150183>
- Benasich, A. A., & Brooks-Gunn, J. (1996). Maternal attitudes and knowledge of child-rearing: associations with family and child outcomes. *Child Development*, 67(3), 1186–1205. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1996.tb01790.x>
- Borges, L. C., & Salomão, N. M. R. (2015). Concepções de desenvolvimento infantil e metas de socialização maternas em contexto não urbano. *Estudos de Psicologia*, 20(2), 114–125. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150013>

- Bornstein, M. H. (2012). Cultural approaches to parenting. *Parenting, Science and Practice*, 12(2–3), 212–221. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.683359>
- Bornstein, M. H., Cote, L. R., Haynes, O. M., Hahn, C.-S., & Park, Y. (2010). Parenting knowledge: Experiential and sociodemographic factors in European American mothers of young children. *Developmental psychology*, 46(6), 1677–1693. <https://doi.org/10.1037/a0020677>
- Bornstein, M. H., & Putnick, D. L. (2007). Chronological age, cognitions, and practices in European American mothers: A multivariate study of parenting. *Developmental Psychology*, 43(4), 850–864. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.43.4.850>
- Bornstein, M. H., Yu, J., & Putnick, D. L. (2020). Mothers' parenting knowledge and its sources in five societies: Specificity in and across Argentina, Belgium, Italy, South Korea, and the United States. *International Journal of Behavioral Development*, 44(2), 135–145. <https://doi.org/10.1177/0165025419861440>
- Bugental, D. B., & Corpuz, R. (2019). Parental attributions. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (pp. 722–761). Routledge/Taylor & Francis Group. <https://doi.org/10.4324/9780429433214-21>
- Cunha, F., Elo, I., & Culhane, J. (2013). *Eliciting maternal expectations about the technology of cognitive skill formation*. National Bureau of Economic Research.
- De Castro Ribas, R., & Bornstein, M. H. (2005). Parenting Knowledge: Similarities and Differences in Brazilian Mothers and Fathers. *R. Interam. Psicol*, 39.

- Francesconi, M., & Heckman, J. J. (2016). Child development and parental investment: Introduction. *Economic Journal (London, England)*, 126(596), F1–F27.
<https://doi.org/10.1111/ecoj.12388>
- Goodnow, J. J. (1988). Parents' ideas, actions, and feelings: Models and methods from developmental and social psychology. *Child Development*, 59(2), 286.
<https://doi.org/10.2307/1130312>
- Hartas, D. (2011). Families' social backgrounds matter: socio-economic factors, home learning and young children's language, literacy and social outcomes. *British Educational Research Journal*, 37(6), 893–914.
<https://doi.org/10.1080/01411926.2010.506945>
- Hess, C. R., Teti, D. M., & Hussey-Gardner, B. (2004). Self-efficacy and parenting of high-risk infants: The moderating role of parent knowledge of infant development. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 25(4), 423–437.
<https://doi.org/10.1016/j.appdev.2004.06.002>
- Holden, G. W., & Edwards, L. A. (1989). Parental attitudes toward child rearing: Instruments, issues, and implications. *Psychological Bulletin*, 106(1), 29–58.
<https://doi.org/10.1037/0033-2909.106.1.29>
- Holden, G. W., & Smith, M. M. (2019). Parenting cognitions. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Being and becoming a parent* (pp. 681–721).
<https://doi.org/10.4324/9780429433214-20>

- Hortaçsu, N. (1995). Parents' education levels, parents' beliefs, and child outcomes. *The Journal of Genetic Psychology*, *156*(3), 373–383. <https://doi.org/10.1080/00221325.1995.9914830>
- Huang, K.-Y., O'Brien Caughy, M., Genevro, J. L., & Miller, T. L. (2005). Maternal knowledge of child development and quality of parenting among White, African-American and Hispanic mothers. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *26*(2), 149–170. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2004.12.001>
- Jervis, R. (2006). Understanding beliefs. *Political Psychology*, *27*(5), 641–663. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2006.00527.x>
- Kliman, D. S., & Vukelich, C. (1985). Mothers and fathers: Expectations for infants. *Family Relations*, *34*(3), 305. <https://doi.org/10.2307/583567>
- Kobarg, A. P. R., & Vieira, M. L. (2008). Crenças e práticas de mães sobre o desenvolvimento infantil nos contextos rural e urbano. *Psicologia*, *21*(3), 401–408. <https://doi.org/10.1590/s0102-79722008000300008>
- Letourneau, N. L., Duffett-Leger, L., Levac, L., Watson, B., & Young-Morris, C. (2013). Socioeconomic status and child development: A meta-analysis. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, *21*(3), 211–224. <https://doi.org/10.1177/1063426611421007>
- Lugo-Gil, J., & Tamis-LeMonda, C. S. (2008). Family resources and parenting quality: links to children's cognitive development across the first 3 years. *Child Development*, *79*(4), 1065–1085. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2008.01176.x>

MacPhee, D. (2002). Knowledge of infant development inventory: Manual. Colorado State University, Fort Collins CO.

McGillicuddy-DeLisi, A. V. (1982). Parental beliefs about developmental processes. *Human Development*, 25(3), 192–200.
<https://doi.org/10.1159/000272796>

Morawska, A., Winter, L., & Sanders, M. R. (2009). Parenting knowledge and its role in the prediction of dysfunctional parenting and disruptive child behaviour. *Child: Care, Health and Development*, 35(2), 217–226. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2008.00929.x>

Murphey, D. (1992). Constructing the child: Relations between parents' beliefs and child outcomes. *Developmental Review: DR*, 12(2), 199–232.
[https://doi.org/10.1016/0273-2297\(92\)90009-q](https://doi.org/10.1016/0273-2297(92)90009-q)

Ninio, A. (1979). The naive theory of the infant and other maternal attitudes in two subgroups in Israel. *Child Development*, 50(4), 976.
<https://doi.org/10.2307/1129322>

Plantin, L., & Daneback, K. (2009). Parenthood, information and support on the internet. A literature review of research on parents and professionals online. *BMC Family Practice*, 10(1), 34. <https://doi.org/10.1186/1471-2296-10-34>

Ridao, P., López-Verdugo, I., & Reina-Flores, C. (2021). Parental beliefs about childhood and adolescence from a longitudinal perspective. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(4), 1760.
<https://doi.org/10.3390/ijerph18041760>

- Ruela, S. F., & Seidl-De-Moura, M. L. (2007). Um estudo do nicho de desenvolvimento de um grupo de crianças em uma comunidade rural. *Psicologia Em Estudo*, *12*(2), 315–324. <https://doi.org/10.1590/S141373722007000200012>
- Ryan, R. M., Martin, A., & Brooks-Gunn, J. (2006). Is one good parent good enough? Patterns of mother and father parenting and child cognitive outcomes at 24 and 36 months. *Parenting, Science and Practice*, *6*(2–3), 211–228. <https://doi.org/10.1080/15295192.2006.9681306>
- Sanders, M. R., & Morawska, A. (2014). *Can changing parental knowledge, dysfunctional expectations and attributions, and emotion regulation improve outcomes for children*. Parenting Skill.
- Scarzello, D., Arace, A., & Prino, L. E. (2016). Parental practices of Italian mothers and fathers during early infancy: The role of knowledge about parenting and child development. *Infant Behavior & Development*, *44*, 133–143.
- September, S. J., Rich, E. G., & Roman, N. V. (2015). The role of parenting styles and socio-economic status in parents' knowledge of child development. *Early Child Development and Care*, *186*(7), 1060–1078. <https://doi.org/10.1080/03004430.2015.1076399>
- Shrestha, M., Ulak, M., Strand, T. A., Kvestad, I., & Hysing, M. (2019). How much do Nepalese mothers know about child development? *Early Child Development and Care*, *189*(1), 135–142. <https://doi.org/10.1080/03004430.2017.1304391>

- Stevens, J. H., Jr. (1988). Shared knowledge about infants among fathers and mothers. *The Journal of Genetic Psychology, 149*(4), 515–525. <https://doi.org/10.1080/00221325.1988.10532177>
- Wang, L., Yang, C., Jiang, D., Zhang, S., Jiang, Q., & Rozelle, S. (2022). Impact of parental beliefs on child developmental outcomes: A quasi-experiment in rural China. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 19*(12), 7240. <https://doi.org/10.3390/ijerph19127240>
- Winter, L., Morawska, A., & Sanders, M. R. (2012). The effect of behavioral family intervention on knowledge of effective parenting strategies. *Journal of Child and Family Studies, 21*(6), 881–890. <https://doi.org/10.1007/s10826-011-9548-y>